



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2022

"Cria o cargo público de Auxiliar de Cuidador Social para compor o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Assistência Social do Município de Dorés do Rio Preto/ES - Lei Complementar Municipal 030/2015".

O Prefeito de Dorés do Rio Preto/ES, no uso das atribuições legais que lhe confere a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo público municipal de Auxiliar de Cuidador Social, nos termos da Lei Complementar Municipal 030/2015, que institui Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Assistência Social do Município de Dorés do Rio Preto/ES.

Art. 2º - As especificações e atribuições do cargo público criado pela presente norma são as constantes nos anexos que integra a presente lei.

Art. 3º - Aplicam-se ao cargo público municipal, indicado por esta norma, as demais disposições da Lei Complementar Municipal nº 030/2015.

Art. 4º - Esta lei entre em vigor a partir da sua publicação.

Art. 5º - Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Dorés do Rio Preto/ES, 11 de fevereiro de 2022.

Cleudenir José de Carvalho Neto
Chefe do Poder Executivo Municipal



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

Quadro dos Profissionais da Assistência Social

Referente aos artigos 6º, 16, 18, 49, 66, 67 e 74 da Lei Complementar nº 030/2015

Grupos Ocupacionais	Denominação do cargo	Quantidade	Carreira	Carga Horária
Assistente Técnico Social	Auxiliar de Cuidador Social	05	I	40 horas

ANEXO II

Hierarquizados por Carreira e Padrão

Referente ao artigo 46 da Lei Complementar nº 030/2015

Carreira	Denominação do cargo	Classe
I	Auxiliar de Cuidador Social	A



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO V

DESCRIÇÃO DO CARGO		
CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	CARREIRA
Auxiliar de Cuidador Social	Assistente Técnico Social	I
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: profissional responsável por auxiliar nos cuidados das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional, cumprindo e fazendo cumprir as determinações legais e as ordens do coordenador.</p>		
<p>DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS</p> <p>Atribuições típicas:</p> <ul style="list-style-type: none">⇒ Apoio às funções do cuidador.⇒ Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, lavanderia dentre outros).⇒ Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho;⇒ Realizar outras atividades correlatas com a função. <p>FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO</p> <p>Experiência:</p> <p>Não exige experiência comprovada.</p> <p>Requisitos para Provimento:</p> <p>Escolaridade:</p> <p>Ensino Fundamental Completo.</p> <p>Recrutamento:</p> <p>Externo, no mercado de trabalho, mediante seleção em Concurso Público.</p>		





Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESCRIÇÃO DO CARGO		
CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	CARREIRA
Auxiliar de Cuidador Social	Assistente Técnico Social	I
Perspectivas de Desenvolvimento Funcional: Progressão para o nível de vencimento imediatamente superior no grupo a que pertence mediante avaliação de desempenho; Promoção por graduação baseada na formação acadêmica do profissional, nas grandes áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Relacionamento: Capacidade satisfatória de lidar com pessoas e relacionar-se com os colegas de trabalho. Responsabilidade com o Patrimônio: O ocupante, lida com patrimônio em forma de equipamento, material ou recursos, e pode provocar perdas, parcialmente recuperáveis, decorrentes de descuidos.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2022

“Estabelece a Composição da Equipe de Referência para funcionamento do Programa Incluir, no âmbito do Município de Dorés do Rio Preto e dá outras providências”.

A Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto/ES, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal APROVOU e ela SANCIONA a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Equipe de Referência para funcionamento do Programa INCLUIR, necessárias à execução da Política Municipal de Assistência Social, tendo esse programa suas atribuições definidas pela Lei Estadual nº. 9.752/2011, conforme a proposta pactuada por meio da Resolução CIB/ES Nº 207, de 27 de outubro de 2020, Resolução CIB/ES Nº 199, de 09 de julho de 2019 E Edital 02/2021 da SETADES.

Art. 2º O Programa será desenvolvido nos preceitos da Política Estadual de Redução da Pobreza, sob a denominação de PROGRAMA INCLUIR, com foco prioritário na extrema pobreza e finalidade de reduzir, de forma sustentada, os índices de pobreza da população do Estado, por meio da garantia do direito humano à alimentação, ao acesso à educação, à saúde e a iniciativas de geração de trabalho e renda e demais políticas correlatas.

Art. 3º A Equipe de Referência será constituída por profissionais de nível superior, tendo suas atribuições e requisitos apresentados nos anexos da presente lei.

Art. 4º A Equipe de Referência do Programa INCLUIR, será constituída por:

I - Para atuar no PAIF, executado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

- a) 01 Assistente Social
- b) 01 Psicólogo



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

II - Para atuar nas ações de Mobilização ao Mundo do Trabalho:

- a) 01 Assistente Social
- b) 01 Profissional de Nível superior com formação em uma das seguintes áreas: Administrador, Psicólogo, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional, Antropólogo.

Art.5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar temporariamente e pelo prazo que durar o programa, os membros que irão compor a equipe do Programa INCLUIR.

Parágrafo único. Caso o Município possua servidores efetivos, disponíveis com os requisitos mínimos exigidos, os mesmos poderão ser localizados no Programa INCLUIR.

Art.6º Os recursos para atender à presente lei advirão de dotações orçamentárias do Cofinanciamento Estadual do Programa INCLUIR e dotações orçamentárias próprias.

Art.7º Havendo o encerramento do Cofinanciamento do Programa INCLUIR pelo Governo Estadual, o Programa poderá ser custeado pelo Município ou encerrado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Dores do Rio Preto/ES, 11 de fevereiro de 2022

CLEUDENIR JOSÉ DE CARVALHO NETO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGOS DO PROGRAMA INCLUIR EQUIPE PAIF		
Cargo	Requisitos	Atribuições
01 Assistente Social	Formação Superior em Serviço Social e Registro no Conselho de Classe.	Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; Mediação de grupos de famílias do PAIF; Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva.
01 Psicólogo	Formação Superior em Psicologia e Registro no Conselho de Classe.	Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial; Realização de encaminhamentos para serviços setoriais; Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal; Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Anexo II

DESCRIÇÃO DE CARGOS DO PROGRAMA INCLUIR EQUIPE MUNDO DO TRABALHO		
Cargo	Requisitos	Função
01 Assistente Social	Formação Superior em Serviço Social e Registro no Conselho de Classe.	Mediar oficinas, sob orientação do coordenador do CRAS; atuar como referência dos usuários do programa e de demais profissionais que desenvolvam atividades com os grupos; orientar os usuários na construção do Projeto de Habilidades Profissional; realizar atendimentos individualizados e visitas domiciliares quando for necessário; monitorar o percurso dos usuários no mundo trabalho integrado aos serviços do SUAS; desenvolver ações voltadas para a garantia de direitos e cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social a partir do acesso a serviços e da inclusão no mundo do trabalho; buscar a integração com a rede socioassistencial e outras políticas e a promoção do desenvolvimento do protagonismo de seus usuários, a partir de atividades de empoderamento e resgate de autonomia, considerando as capacidades e potencialidades dos participantes; promover o acesso dos usuários da assistência social às oportunidades de inclusão produtiva presentes no território; realizar atendimento prévio dos usuários; realizar ações de articulação como estratégia fundamental e transversal a todas as atividades, como: 1) identificação e sensibilização de usuários; 2) desenvolvimento de habilidades pessoais e orientação para o mundo do trabalho; 3) acesso a oportunidades; e 4) monitoramento do percurso dos usuários no mundo do trabalho
01 Técnico de Nível Superior	Formação Superior em uma das áreas: psicólogo, pedagogo, antropólogo, administrador, sociólogo ou terapeuta ocupacional, e registro no conselho de classe quando a formação exigir.	



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 80/2022

"Dispõe sobre a criação do cargo de assessor jurídico municipal".

O Prefeito Municipal de Dorcas do Rio Preto, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, na estrutura organizacional do Município de Dorcas do Rio Preto, o cargo de Assessor Jurídico, de provimento em comissão, destinado a atender encargos de assessoramento, provido mediante livre escolha do Chefe do Poder Executivo, entre as pessoas que reúnam condições e satisfaçam os requisitos legais e necessários para a investidura no serviço público, nos termos do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º A nomeação para cargo em comissão ou a designação para a função de confiança recairá sobre pessoa com capacidade técnica para o exercício de suas atribuições com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 3º A descrição das atribuições do cargo e regulamentações do cargo ser requisitos mínimos para provimento consta no Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Para efeitos legais, a remuneração do cargo em provimento em comissão prevista nesta Lei somente poderá ser alterada por Lei específica, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índice.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dorcas do Rio Preto, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2022.

CLEUDENIR JOSÉ DE CARVALHO NETO
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO.

REMUNERAÇÃO:

R\$ 3.415,91

REQUISITOS MÍNIMOS:

- Curso superior, com formação em direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil
- OAB.

ATRIBUIÇÕES:

- Prestar assistência de forma direta as Secretarias, Departamentos e Setores do Município em qualquer assunto que envolva matéria jurídica;
- Elaborar proposições ou assessorar juridicamente nas atividades de elaboração executiva;
- Emitir os pareceres que lhe forem solicitados, fazendo os estudos necessários nos campos das ciências jurídicas;
- Assessoria no estudo, interpretação, encaminhamento e solução das questões jurídicas, administrativas, políticas e legislativas;
- Assessorar na elaboração de pareceres, formulando consultas e apresentando sugestões, a fim de contribuir para a resolução de questões;
- Recomendar procedimentos internos, com objetivos preventivos, visando manter as atividades do Executivo Municipal dentro da legislação municipal, estadual e federal;
- Minutar despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Prefeito, em assuntos de sua competência;
- Propor ao Prefeito a anulação de atos administrativos;
- Executar outras tarefas determinadas pelo Prefeito inerentes às suas atribuições.

Cleudenir José de Carvalho Neto

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2022

"CRIA O CARGO DE COORDENADOR MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL NO QUADRO DE SERVIDORES DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE DORES DO RIO PRETO/ES".

O Prefeito do Município de Dorés do Rio Preto, Cleudenir José de Carvalho Neto, no exercício de suas atribuições legais e regimentais. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Dorés do Rio Preto-ES, o cargo público de provimento em comissão de Coordenador Municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. O cargo de provimento em comissão, de que trata o art. 1º desta Lei, terá referência CC-05.

Art. 3º. O preenchimento do cargo de provimento em comissão criado no artigo 1º da presente Lei é de livre nomeação e exoneração do Prefeito do Município de Dorés do Rio Preto/ES.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º. O cargo criado na forma do artigo 1º passa a integrar o rol descrito no Anexo I da Estrutura Administrativa do Município de Dorés do Rio Preto, na seguinte forma:

Nomenclatura do Cargo	Quantitativo	REF	Vencimento em R\$
Coordenador Municipal de Defesa Civil	01	C C-05	2.500,00



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 6º. O Coordenador Municipal de Defesa Civil exercerá as seguintes atribuições:

- I.** Convocar as reuniões da Coordenadoria;
- II.** Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-
- III.** Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMDEC;
- IV.** Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
- V.** Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMDEC;
- VI.** Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMDEC.
- VII.** Desenvolver, em coordenação com os demais órgãos das áreas setoriais, as ações de prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres e resposta aos desastres.
- VIII.** Atuar nas ações de respostas a desastres e outros agravos;

Parágrafo Único - O Coordenador da COMDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observados os termos legais.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Dorcas do Rio Preto/ES, em 11 de fevereiro de 2022.

Cleudenir José de Carvalho Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR 83/2022

"Cria o cargo de braçal e transforma os cargos de cozinheiro em auxiliar de serviços de limpeza e conservação"

O Prefeito de Dorcas do Rio Preto/ES, no uso das atribuições legais que lhe confere a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo público municipal de braçal, nos termos da Lei Complementar Municipal 034/2016, que institui Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES, decorrente da extinção de 20 cargos de auxiliar de serviços de limpeza e conservação.

Parágrafo único - As especificações do cargo público criado na forma do presente artigo são as constantes dos anexos que integram a presente lei.

Art. 2º - Fica transformado os cargos de cozinheiro em auxiliar de serviços de limpeza e conservação.

Art. 3º - Aplicam-se ao cargo público municipal criado por esta lei as demais disposições da Lei Complementar Municipal nº 034/2016.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogando-se as disposições em contrário.

Dorcas do Rio Preto/ES, 11 de fevereiro de 2022.


Cleudenir José de Carvalho Neto
Chefe do Poder Executivo Municipal



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

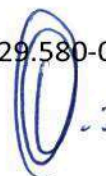
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA PREFEITURA DE DORCAS DO RIO PRETO

Refere-se aos artigos 3º, 5º, 7º, 82, 89, 91 e 92 da Lei Complementar nº 34/2016

Denominação do Grupo Ocupacional	Cargo Novo	Quant.	Carreira	CH Semanal
Portaria, Transporte, Limpeza e Conservação	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	75	I	40 h
	Braçal	20	I	40h
	Vigia	05	I	40 h
	Agente de Atendimento ao Público	12	III	40 h
	Motorista Profissional	35	V	40 h
Obras, Serviços e Manutenção	Zelador de Cemitério	01	I	40 h
	Calceteiro	02	IV	40 h
	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	01	IV	40 h
	Mecânico	02	V	40 h
	Operador de Máquinas	10	VI	40 h
	Jardineiro	02	I	40h
	Encanador	01	IV	40h
	Mestre de Obras	01	VII	40h
	Pedreiro	05	VI	40 h
Apoio Técnico Administrativo	Auxiliar Administrativo	05	III	40 h
	Agente Administrativo	12	VIII	40 h
	Técnico Agrícola	01	IX	40 h





Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	Técnico em Contabilidade	04	IX	40 h
	Técnico em Edificações	01	IX	40 h
	Técnico em Informática	02	IX	40 h
	Técnico de Tesouraria	01	IX	40h
	Extensionista Agrícola	02	VII	40h
	Escrutário	15	V	40h
Fiscalização	Agente de Arrecadação	03	V	40 h
	Fiscal de Obras e Postura	02	V	40 h
	Agente de Serviços Educacionais	05	III	40 h
	Secretário Escolar	02	IV	40 h
Nível Superior	Psicólogo	02	X	30 h
	Nutricionista	01	X	30 h
	Contador	02	XII	30 h
	Engenheiro Civil	02	XII	30 h
	Engenheiro Agrônomo	01	XII	30 h
	Procurador Municipal	02	XII	30 h
	Arquiteto	01	XII	30h
	Biólogo	01	XII	30h



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IV DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO NOVA

Refere-se ao artigo 82 da Lei Complementar nº 034/2016

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA				
CARGO NOVO	CA R.	QUA T.	CARGO NOVO	CARGO NOVO	CA R.	QUA T.	VENCIMEN TO
Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I	85	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I	75	R\$ 905,72
Braçal	I	0	Braçal	Braçal	I	20	R\$ 905,74
Vigia	I	05	Vigia	Vigia	I	06	R\$ 905,72
Agente de Atendimento ao Público	III	12	Agente de Atendimento ao Público	Agente de Atendimento ao Público	III	12	R\$ 1.050,52
Jardineiro	I	06	Jardineiro	Jardineiro	I	02	R\$ 905,72
Zelador de Cemitério	I	03	Zelador de Cemitério	Zelador de Cemitério	I	01	R\$ 905,72
Auxiliar Administrativo	III	05	Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	III	05	R\$ 1.050,52
Agente de Serviços Educacionais	III	05	Agente de Serviços Educacionais	Agente de Serviços Educacionais	III	05	R\$ 1.050,52
Calceteiro	IV	02	Calceteiro	Calceteiro	IV	02	R\$ 1.176,55
Encanador	IV	01	Em Extinção	Em Extinção	IV	01	R\$ 1.176,55
Eletricista	IV	01	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	IV	01	R\$ 1.176,55
Secretário Escolar	IV	02	Secretário Escolar	Secretário Escolar	IV	02	R\$ 1.176,55
Escriturário	V	15	Escriturário	Escriturário	V	15	R\$ 1.195,59
Mecânico	V	02	Mecânico	Mecânico	V	02	R\$ 1.195,59
Motorista Profissional	V	30	Motorista Profissional	Motorista Profissional	V	35	R\$ 1.195,59
Agente de Arrecadação	V	03	Agente de Arrecadação	Agente de Arrecadação	V	03	R\$ 1.195,59



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fiscal de Obra e Postura	V	02	Fiscal de Obra e Postura	Fiscal de Obra e Postura	V	02	R\$ 1.195,59
Operador de Máquinas	VI	06	Operador de Máquinas	Operador de Máquinas	VI	10	R\$ 1.366,35
Pedreiro	VI	05	Pedreiro	Pedreiro	VI	05	R\$ 1.366,35
Mestre de Obras	VII	01	Em Extinção	Em Extinção	VII	01	R\$ 1.484,34
Extensionista Agrícola	VII	02	Em Extinção	Em Extinção	VII	02	R\$ 1.537,17
Agente Administrativo	VIII	12	Agente Administrativo	Agente Administrativo	VIII	12	R\$ 1.878,79
Técnico em Contabilidade	IX	04	Técnico em Contabilidade	Técnico em Contabilidade	IX	04p	R\$ 2.049,56
Técnico Agrícola	IX	01	Técnico Agrícola	Técnico Agrícola	IX	01	R\$ 2.049,56
Técnico em Edificações	IX	01	Técnico em Edificações	Técnico em Edificações	IX	01	R\$ 2.049,56
Técnico em Informática	IX	02	Técnico em Informática	Técnico em Informática	IX	02	R\$ 2.049,56
Psicólogo	X	02	Psicólogo	Psicólogo	X	02	R\$ 2.220,34
Nutricionista	X	01	Nutricionista	Nutricionista	X	01	R\$ 2.159,99
				Biólogo	XII	01	R\$ 3.415,91
Engenheiro Civil	XII	02	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil	XII	02	R\$ 3.415,91
Procurador Municipal	XII	02	Procurador Municipal	Procurador Municipal	XII	02	R\$ 3.415,91
Engenheiro Agrônomo	XII	01	Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo	XII	01	R\$ 3.415,91
Contador	XII	02	Contador	Contador	XII	02	R\$ 3.415,91
Arquiteto	XII	01	Arquiteto	Arquiteto	XII	01	R\$ 3.415,91



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO V

CARGOS HIERARQUIZADOS POR CARREIRA

Refere-se ao artigo 65 da Lei Complementar nº 34/2016

CARGO NOVO	CARREIRA
Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I
Braçal	I
Vigia	I
Jardineiro	I
Zelador de Cemitério	I
Agente de Atendimento ao Público	III
Agente de Serviços Educacionais	III
Auxiliar Administrativo	III
Calceteiro	IV
Encanador	IV
Eletricista de Baixa e Alta Tensão	IV
Secretário Escolar	IV
Motorista Profissional	V
Mecânico	V
Agente de Arrecadação	V
Fiscal de Obras e Postura	V



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Escriturário	V
Operador de Máquinas	VI
Pedreiro	VI
Mestre de Obras	VII
Extensionista Agrícola	VII
Agente Administrativo	VIII
Técnico em Contabilidade	IX
Técnico Agrícola	IX
Técnico em Tesouraria	IX
Técnico em Edificações	IX
Técnico em Informática	IX
Psicólogo	X
Nutricionista	X
Contador	XII
Engenheiro Civil	XII
Engenheiro Agrônomo	XII
Procurador Municipal	XII
Arquiteto	XII
Biólogo	XII



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VII

Referente ao § 3º do artigo 3º e 6º da Lei Complementar nº 34/2016

GRUPO OCUPACIONAL

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO BRAÇAL	GRUPO OCUPACIONAL Nível fundamental incompleto	CARREIRA I
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: Os ocupantes do cargo têm como atribuições realizar tarefas junto a pasta pública que for designado.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS:</p> <p>Atribuições típicas: Roçar, capinar e limpar mata e pastagens das estradas, ruas e outros logradouros públicos; executar serviços de carga e descarga de materiais diversos; executar serviços diversos de limpeza em obras; carregar e descarregar caminhões com materiais de construção e volumes em geral; executar serviços de pintura e conservação de meios-fios; cavar e limpar valas, valetas, bueiros, esgotos, fossas e outros; drenar e aterrar depressões ou escavações das estradas; desobstruir estradas; auxiliar na construção e reparo de pontes, bueiros e mata-burros; cavar o solo para implantação de manilhas; preparar qualquer tipo de massa à base de cal, cimento e concreto; carregar tijolos, telhas, tacos e outros materiais, bem como auxiliar no assentamento destes materiais; auxiliar na manutenção e lavagens de máquinas e veículos; auxiliar nos serviços de mecânica e máquinas e veículos; fazer a separação de pedras marroadas; zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho; atuar, quando solicitado, na coleta e destinação do lixo; executar outras tarefas que, por suas características, se incluam na esfera de competência.</p> <p>FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO</p> <p>Requisitos para Provimento: Escolaridade – Ensino fundamental incompleto.</p> <p>Recrutamento: Externo, no mercado de trabalho, mediante seleção em Concurso Público.</p>		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Perspectivas de Desenvolvimento Funcional:

Progressão para o nível de vencimento imediatamente superior no grupo a que pertence mediante avaliação de desempenho;

Promoção por graduação baseada na formação acadêmica do profissional.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 86/2022

“Dispõe sobre a criação do cargo público de Monitor do Transporte Escolar da Rede Municipal de Ensino de Dorcas do Rio Preto/ES, Educador Físico, Assistente Social e Inseminador de Animais e o aumento de quantitativo nas vagas de Psicólogo e Vigia, todos no bojo da Lei Municipal Complementar nº 034/2016”.

O Prefeito de Dorcas do Rio Preto/ES, no uso das atribuições legais que lhe confere a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo público municipal de Monitor do Transporte Escolar da Rede Municipal de Ensino de Dorcas do Rio Preto/ES, Educador Físico, Assistente Social e Inseminador de Animais, nos termos da Lei Complementar Municipal 034/2016, que institui Plano de Carreira e Sistema de Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES.

Parágrafo único - As especificações dos cargos públicos criados na forma do presente artigo são as constantes dos anexos que integram a presente lei.

Art. 2º - Aumenta-se o quantitativo do cargo público municipal de Psicólogo e Vigia, na forma constante nos anexos que integra a presente lei, nos termos da Lei Complementar Municipal 034/2016.

Art. 3º - Aplicam-se aos cargos públicos, criados por esta lei, as demais disposições da Lei Complementar Municipal nº 034/2016.

Art. 4º - Esta lei entre em vigor a partir da sua publicação.

Art. 5º - Revogando-se as disposições em contrário.

Dorcas do Rio Preto/ES, 08 de março de 2022.

Cleudenir José de Carvalho Neto
Chefe do Poder Executivo Municipal



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA PREFEITURA DE DORÉ DO RIO PRETO

Refere-se aos artigos 3º, 5º, 7º, 82, 89, 91 e 92 da Lei Complementar nº 34/2016

Denominação do Grupo Ocupacional	Cargo Novo	Quant.	Carreira	CH Semanal
Portaria, Transporte, Limpeza e Conservação	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	75	I	40 h
	Braçal	20	I	40h
	Vigia	06	I	40 h
	Agente de Atendimento ao Público	12	III	40 h
	Motorista Profissional	35	V	40 h
	Monitor do transporte escolar	08	III	40 h
Obras, Serviços e Manutenção	Zelador de Cemitério	01	I	40 h
	Calceteiro	02	IV	40 h
	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	01	IV	40 h
	Mecânico	02	V	40 h
	Operador de Máquinas	10	VI	40 h
	Jardineiro	02	I	40h
	Encanador	01	IV	40h
	Mestre de Obras	01	VII	40h
	Inseminador de animais	01	VII	40h
	Pedreiro	05	VI	40 h
Apoio Técnico	Auxiliar Administrativo	05	III	40 h



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administrativo	Agente Administrativo	12	VIII	40 h
	Técnico Agrícola	01	IX	40 h
	Técnico em Contabilidade	04	IX	40 h
	Técnico em Edificações	01	IX	40 h
	Técnico em Informática	02	IX	40 h
	Técnico de Tesouraria	01	IX	40h
	Extensionista Agrícola	02	VII	40h
	Escriturário	15	V	40h
Fiscalização	Agente de Arrecadação	03	V	40 h
	Fiscal de Obras e Postura	02	V	40 h
	Agente de Serviços Educacionais	05	III	40 h
	Secretário Escolar	02	IV	40 h
Nível Superior	Psicólogo	05	X	30 h
	Educador físico	02	X	30h
	Assistente social	03	X	30h
	Nutricionista	01	X	30 h
	Contador	02	XII	30 h
	Engenheiro Civil	02	XII	30 h
	Engenheiro Agrônomo	01	XII	30 h
	Procurador Municipal	02	XII	30 h
	Arquiteto	01	XII	30h



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Biólogo	01	XII	30h
---------	----	-----	-----



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IV DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO NOVA

Refere-se ao artigo 82 da Lei Complementar nº 034/2016

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA				
CARGO NOVO	CA R.	QUA T.	CARGO NOVO	CARGO NOVO	CA R.	QUA T.	VENCIMEN TO
Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I	85	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I	75	R\$ 905,72
Braçal	I	0	Braçal	Braçal	I	20	R\$ 905,74
Vigia	I	05	Vigia	Vigia	I	06	R\$ 905,72
Monitor do Transporte escolar	III	0	Monitor do Transporte escolar	Monitor do Transporte escolar	III	8	R\$ 1.050,52
Agente de Atendimento ao Público	III	12	Agente de Atendimento ao Público	Agente de Atendimento ao Público	III	12	R\$ 1.050,52
Jardineiro	I	06	Jardineiro	Jardineiro	I	02	R\$ 905,72
Zelador de Cemitério	I	03	Zelador de Cemitério	Zelador de Cemitério	I	01	R\$ 905,72
Auxiliar Administrativo	III	05	Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	III	05	R\$ 1.050,52
Agente de Serviços Educacionais	III	05	Agente de Serviços Educacionais	Agente de Serviços Educacionais	III	05	R\$ 1.050,52
Calceteiro	IV	02	Calceteiro	Calceteiro	IV	02	R\$ 1.176,55
Encanador	IV	01	Em Extinção	Em Extinção	IV	01	R\$ 1.176,55
Eletricista	IV	01	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	IV	01	R\$ 1.176,55
Secretário Escolar	IV	02	Secretário Escolar	Secretário Escolar	IV	02	R\$ 1.176,55
Escriturário	V	15	Escriturário	Escriturário	V	15	R\$ 1.195,59
Mecânico	V	02	Mecânico	Mecânico	V	02	R\$ 1.195,59
Motorista Profissional	V	30	Motorista Profissional	Motorista Profissional	V	35	R\$ 1.195,59



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Agente de Arrecadação	V	03	Agente de Arrecadação	Agente de Arrecadação	V	03	R\$ 1.195,59
Fiscal de Obra e Postura	V	02	Fiscal de Obra e Postura	Fiscal de Obra e Postura	V	02	R\$ 1.195,59
Operador de Máquinas	VI	06	Operador de Máquinas	Operador de Máquinas	VI	10	R\$ 1.366,35
Pedreiro	VI	05	Pedreiro	Pedreiro	VI	05	R\$ 1.366,35
Inseminador de animais	VII	0	Inseminador de animais	Inseminador de animais	VII	1	R\$ 1.484,34
Mestre de Obras	VII	01	Em Extinção	Em Extinção	VII	01	R\$ 1.484,34
Extensionista Agrícola	VII	02	Em Extinção	Em Extinção	VII	02	R\$ 1.537,17
Agente Administrativo	VIII	12	Agente Administrativo	Agente Administrativo	VIII	12	R\$ 1.878,79
Técnico em Contabilidade	IX	04	Técnico em Contabilidade	Técnico em Contabilidade	IX	04p	R\$ 2.049,56
Técnico Agrícola	IX	01	Técnico Agrícola	Técnico Agrícola	IX	01	R\$ 2.049,56
Técnico em Edificações	IX	01	Técnico em Edificações	Técnico em Edificações	IX	01	R\$ 2.049,56
Técnico em Informática	IX	02	Técnico em Informática	Técnico em Informática	IX	02	R\$ 2.049,56
Psicólogo	X	02	Psicólogo	Psicólogo	X	05	R\$ 2.220,36
Assistente social	X	0	Assistente social	Assistente social	X	03	R\$ 2.220,36
Educador físico	X	0	Educador físico	Educador físico	X	02	R\$ 2.220,36
Nutricionista	X	01	Nutricionista	Nutricionista	X	01	R\$ 2.159,99
				Biólogo	XII	01	R\$ 3.415,91
Engenheiro Civil	XII	02	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil	XII	02	R\$ 3.415,91
Procurador Municipal	XII	02	Procurador Municipal	Procurador Municipal	XII	02	R\$ 3.415,91
Engenheiro Agrônomo	XII	01	Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo	XII	01	R\$ 3.415,91
Contador	XII	02	Contador	Contador	XII	02	R\$ 3.415,91
Arquiteto	XII	01	Arquiteto	Arquiteto	XII	01	R\$ 3.415,91



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO V

CARGOS HIERARQUIZADOS POR CARREIRA

Refere-se ao artigo 65 da Lei Complementar nº 34/2016

CARGO NOVO	CARREIRA
Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I
Braçal	I
Vigia	I
Jardineiro	I
Zelador de Cemitério	I
Agente de Atendimento ao Público	III
Monitor do Transporte escolar	III
Agente de Serviços Educacionais	III
Auxiliar Administrativo	III
Calceteiro	IV
Encanador	IV
Eletricista de Baixa e Alta Tensão	IV
Secretário Escolar	IV
Motorista Profissional	V
Mecânico	V
Agente de Arrecadação	V



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fiscal de Obras e Postura	V
Escriturário	V
Operador de Máquinas	VI
Pedreiro	VI
Inseminador de animais	VII
Mestre de Obras	VII
Extensionista Agrícola	VII
Agente Administrativo	VIII
Técnico em Contabilidade	IX
Técnico Agrícola	IX
Técnico em Tesouraria	IX
Técnico em Edificações	IX
Técnico em Informática	IX
Psicólogo	X
Assistente social	X
Educador físico	X
Nutricionista	X
Contador	XII
Engenheiro Civil	XII
Engenheiro Agrônomo	XII



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procurador Municipal	XII
Arquiteto	XII
Biólogo	XII

0-1



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VII

Referente ao § 3º do artigo 3º e 6º da Lei Complementar nº 34/2016

GRUPO OCUPACIONAL

NÍVEL SUPERIOR

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO Assistente Social	GRUPO OCUPACIONAL Nível Superior	CARREIRA X
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: Os ocupantes do cargo têm como atribuições realizar tarefas inerentes a sua formação profissional no nível superior de Assistente Social, pontualmente junto a pasta pública que for designado.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS:</p> <p>Atribuições típicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;- Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;- Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;- Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;- Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
- Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
- Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino--aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
- Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
- Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais;
- Participar de ações que promovam a acessibilidade;
- Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tu telares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos estudantes;
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar;
- Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;
- Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica;
- Realizar, sempre que necessário, o acompanhamento individualizado de professores, pedagogos, alunos e funcionários técnico-administrativos integrantes da Rede Municipal de Ensino.
- A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do Serviço Social, bem como nas diretrizes da Rede Municipal e projetos político-pedagógicos.

FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO

Requisitos para Provimento:

Escolaridade – Ensino Superior Completo.

Recrutamento:

Externo, no mercado de trabalho, mediante seleção em Concurso Público.

Perspectivas de Desenvolvimento Funcional:

Progressão para o nível de vencimento imediatamente superior no grupo a que pertence mediante avaliação de desempenho;

Promoção por graduação baseada na formação acadêmica do profissional.

Relacionamento:

Capacidade satisfatória de lidar com pessoas e relacionar-se com os colegas de trabalho.

Responsabilidade com o patrimônio público:

O ocupante lida com equipamentos e recursos públicos. Exercerá cuidados significativos para prevenir perdas, que seriam normalmente elevadas se ocorressem.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARGO Monitor do Transporte Escolar	GRUPO OCUPACIONAL Ensino fundamental completo	CARREIRA III
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:</p> <p>Os ocupantes do cargo têm como atribuições realizar tarefas junto a pasta pública que for designado, acompanhamento e orientando aos educandos durante a entrada, saída e permanência nos veículos públicos de transporte escolar.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS:</p> <p>Atribuições típicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- O profissional responsável pela monitoria do transporte escolar deverá permanecer no veículo durante todo o trajeto, auxiliando no embarque e desembarque dos educandos, bem como zelando pela segurança destes;- O Monitor do Transporte Escolar durante o período que compreender os intervalos entre a entrada e a saída dos alunos deverá desempenhar, respeitadas as atribuições de seu cargo, os serviços os quais os gestores do Transportes Escolar Público Municipal o designar, a fim de completar a sua carga horária de trabalho;- No caso de ausência do educando durante o retorno, o profissional responsável pela monitoria do transporte escolar deverá comunicar o fato aos órgãos gestores do Transporte Escolar Público Municipal, imediatamente, e a este caberá as providências necessárias;- Em situações em que o trajeto tiver de ser interrompido, o profissional responsável pela monitoria do transporte escolar deverá permanecer junto ao grupo de educandos, zelando por sua segurança;- Manter a disciplina dos educandos usuários do transporte público dentro do veículo, evitando situações de risco;- Fazer a checagem da entrada, verificando a presença dos educandos e controlar a saída destes;- Evitar que os educandos usuários do transporte público sejam transportados em pé ou em locais inadequados;- Acompanhar os educandos usuários do transporte público na travessia de pista, sempre que necessário;- Auxiliar na colocação de cinto de segurança e fiscalizar a sua correta utilização;		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Garantir que os educandos usuários do transporte público desembarquem apenas na escola ou no ponto da respectiva residência, exceto quando houver autorização por escrito dos pais ou responsáveis;
- Fazer o acompanhamento dos educandos durante todo o trajeto residência- escola e vice versa;
- Portar crachá específico, em local visível, durante toda a execução do serviço, bem como permanecer devidamente uniformizado;
- Manter a limpeza, a organização e as condições do interior veículo;
- Devolver materiais que porventura tenham sido esquecidos no veículo;
- Atuar com civilidade, dando bom exemplo no trato, na apresentação e no comportamento;
- Responsabilizar-se na aplicação dos Termos de Advertência/Ocorrência verbal e/ou escrita aos educandos quando necessário, com comunicação ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e à Direção da respectiva Escola;
- Informar aos órgãos gestores do Transporte Escolar Público Municipal qualquer irregularidade ocorrida no percurso entre a residência e a escola e vice versa;
- Apresentar relatórios semanais ou quinzenais (de acordo com solicitação do setor competente) ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, contendo narrativa de ocorrências rotineiras bem como de situações irregulares;
- Zelar pelo bem estar dos educandos, auxiliando em possíveis situações de emergência durante todo o trajeto;
- Exercer atividades correlatas.

FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO

Requisitos para Provimento:

Escolaridade – Ensino fundamental completo.

Recrutamento:

Externo, no mercado de trabalho, mediante seleção em Concurso Público.

Perspectivas de Desenvolvimento Funcional:



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Progressão para o nível de vencimento imediatamente superior no grupo a que pertence mediante avaliação de desempenho;
Promoção por graduação baseada na formação acadêmica do profissional.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	CARREIRA
Educador Físico	Nível Superior	X
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: <p>Desenvolver atividades no âmbito da saúde dos administrados que envolvam práticas corporais e atividades físicas (ginástica, lutas, dança, caminhada, jogos esportivos e populares, yoga, dentre outros); orientar a prática de atividades físicas, práticas artísticas, orientar atividades de promoção da saúde a serem definidas pelo grupo de apoio à gestão de programas em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Administração e Finanças.</p> FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO: <p>Experiência: Não exige experiência comprovada.</p> <p>Requisitos para Provimento:</p> <ul style="list-style-type: none">- Escolaridade – Curso completo de Nível Superior em Educação Física- Pré-requisito - Registro no respectivo Conselho ou Órgão de Classe <p>Recrutamento: Externo, no mercado de trabalho, mediante seleção em Concurso Público</p> <p>Perspectivas de Desenvolvimento Funcional: Progressão para o nível de vencimento imediatamente superior no grupo a que pertence mediante avaliação de desempenho; Promoção por graduação baseada na formação acadêmica do profissional na grande área de atuação profissional.</p> <p>Relacionamento: Capacidade satisfatória de lidar com pessoas, principalmente crianças, e relacionar-se com os colegas de trabalho.</p>		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Responsabilidade com o Patrimônio:

O ocupante do cargo público lidará com patrimônio da Administração Pública em forma de equipamento, material ou recursos, podendo ocorrer perdas, parcialmente recuperáveis, decorrentes de descuidos, responsabilizando-se pelos danos porventura provocados nos mesmos, após a devida averiguação legal, assegurando-se o contraditório e ampla defesa pertinentes.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARGO Inseminador de Animais	GRUPO OCUPACIONAL Obras, Serviços e Manutenção	CARREIRA VII
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: Prestar assistência aos criadores no que diz respeito à inseminação artificial; orientar os produtores rurais sobre as vantagens da inseminação artificial; zelar pelos equipamentos de trabalho;		
DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS Atribuições típicas: <ul style="list-style-type: none">→ Executar tarefas inerentes à inseminação artificial em animais de grande, médio e pequeno porte;→ identificar e recolher aqueles com manifestações de cio;→ efetuar o descongelamento dos sêmens, abastecendo as pipetas, executando as inseminações e registrando-as em formulários próprios, para obter a fecundação dos referidos animais;→ identificar os animais com manifestação de cio, verificando no registro do rebanho, a data do último parto de cada um, e também outras informações de interesse para estabelecer a data da inseminação;→ recolher os animais do campo, dispondo-os em bretes ou currais, para proceder a inseminação;→ retirar as ampolas de sêmen do congelador, transferindo-as para caixas contendo água e gelo, para obter o seu descongelamento;→ abastecer a pipeta unindo-a ao bulbo e recolhendo o sêmen das ampolas por aspiração para proceder a inseminação;→ efetuar a inseminação artificial, observando a técnica recomendada, para obter a fecundação do animal, registrando as inseminações efetuadas, anotando em formulário apropriado as datas e outros dados relativos a cada animal, para manter o controle das inseminações;→ manejar, alimentar e monitorar a saúde dos animais;→ condicionar e adestrar animais; sob a orientação de profissional competente, tratar da sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas;→ higienizar animais e recintos;		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- aplicar técnicas de castração;
- realizar atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necropsias e sacrifícios de animais

FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO

Requisitos para Provimento

Escolaridade – Ensino Fundamental Incompleto

Recrutamento:

Externo, no mercado de trabalho, mediante seleção em Concurso Público.

Perspectivas de Desenvolvimento Funcional:

Progressão para o nível de vencimento imediatamente superior no grupo a que pertence mediante avaliação de desempenho;

Promoção por graduação baseada na formação acadêmica do profissional.

Relacionamento:

Capacidade satisfatória de lidar com pessoas e relacionar-se com os colegas de trabalho.

Responsabilidade com o Patrimônio:

O ocupante lida com equipamentos e recursos públicos.

Exercerá cuidados significativos para prevenir perdas, que seriam normalmente elevadas se ocorressem.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 88/2022

"Aumenta o número de vagas de Motorista Profissional, dentro do Plano de Carreira e Sistema de Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES - Lei Complementar Municipal 034/2016".

O Prefeito de Dorcas do Rio Preto/ES, no uso das atribuições legais que lhe confere a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Aumenta-se o quantitativo do cargo público municipal de Motorista Profissional, em mais 05 (cinco) vagas.

Art. 2º - Aplica-se, ao cargo público municipal, ressaltado na forma do parágrafo anterior, as disposições da Lei Complementar Municipal nº 034/2016.

Art. 3º - Esta lei entre em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Dorcas do Rio Preto/ES, 26 de abril de 2022.

Cleudenir José de Carvalho Neto
Chefe do Poder Executivo Municipal



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA PREFEITURA DE DORCAS DO RIO PRETO

Refere-se aos artigos 3º, 5º, 7º, 82, 89, 91 e 92 da Lei Complementar nº 34/2016

Denominação do Grupo Ocupacional	Cargo Novo	Quant.	Carreira	CH Semanal
Portaria, Transporte, Limpeza e Conservação	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	75	I	40 h
	Braçal	20	I	40h
	Vigia	06	I	40 h
	Agente de Atendimento ao Público	12	III	40 h
	Motorista Profissional	40	V	40 h
	Monitor do transporte escolar	08	III	40 h
Obras, Serviços e Manutenção	Zelador de Cemitério	01	I	40 h
	Calceteiro	02	IV	40 h
	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	01	IV	40 h
	Mecânico	02	V	40 h
	Operador de Máquinas	10	VI	40 h
	Jardineiro	02	I	40h
	Encanador	01	IV	40h
	Mestre de Obras	01	VII	40h
	Inseminador de animais	01	VII	40h
	Pedreiro	05	VI	40 h



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Apoio Técnico Administrativo	Auxiliar Administrativo	05	III	40 h
	Agente Administrativo	12	VIII	40 h
	Técnico Agrícola	01	IX	40 h
	Técnico em Contabilidade	04	IX	40 h
	Técnico em Edificações	01	IX	40 h
	Técnico em Informática	02	IX	40 h
	Técnico de Tesouraria	01	IX	40h
	Extensionista Agrícola	02	VII	40h
	Escriturário	15	V	40h
Fiscalização	Agente de Arrecadação	03	V	40 h
	Fiscal de Obras e Postura	02	V	40 h
	Agente de Serviços Educacionais	05	III	40 h
	Secretário Escolar	02	IV	40 h
Nível Superior	Psicólogo	05	X	30 h
	Educador físico	02	X	30h
	Assistente social	03	X	30h
	Nutricionista	01	X	30 h
	Contador	02	XII	30 h
	Engenheiro Civil	02	XII	30 h
	Engenheiro Agrônomo	01	XII	30 h
	Procurador Municipal	02	XII	30 h



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Arquiteto	01	XII	30h
Biólogo	01	XII	30h

0



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IV DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO NOVA

Refere-se ao artigo 82 da Lei Complementar nº 034/2016

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA				
CARGO NOVO	CAR.	QUAT .	CARGO NOVO	CARGO NOVO	CAR.	QUAN T.	VENCIMENTO
Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I	85	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	I	75	R\$ 997,74
Braçal	I	0	Braçal	Braçal	I	20	R\$ 997,74
Vigia	I	05	Vigia	Vigia	I	06	R\$ 997,74
Monitor do Transporte escolar	III	0	Monitor do Transporte escolar	Monitor do Transporte escolar	III	8	R\$ 1.157,25
Agente de Atendimento ao Público	III	12	Agente de Atendimento ao Público	Agente de Atendimento ao Público	III	12	R\$ 1.157,25
Jardineiro	I	06	Jardineiro	Jardineiro	I	02	R\$ 997,74
Zelador de Cemitério	I	03	Zelador de Cemitério	Zelador de Cemitério	I	01	R\$ 997,74
Auxiliar Administrativo	III	05	Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	III	05	R\$ 1.157,25
Agente de Serviços Educacionais	III	05	Agente de Serviços Educacionais	Agente de Serviços Educacionais	III	05	R\$ 1.157,25
Calceteiro	IV	02	Calceteiro	Calceteiro	IV	02	R\$ 1.296,09
Encanador	IV	01	Em Extinção	Em Extinção	IV	01	R\$ 1.296,09
Eletricista	IV	01	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	IV	01	R\$ 1.296,09
Secretário Escolar	IV	02	Secretário Escolar	Secretário Escolar	IV	02	R\$ 1.296,09
Escriturário	V	15	Escriturário	Escriturário	V	15	R\$ 1.317,06
Mecânico	V	02	Mecânico	Mecânico	V	02	R\$ 1.317,06
Motorista Profissional	V	35	Motorista Profissional	Motorista Profissional	V	40	R\$ 1.317,06



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Agente de Arrecadação	V	03	Agente de Arrecadação	Agente de Arrecadação	V	03	R\$ 1.317,06
Fiscal de Obra e Postura	V	02	Fiscal de Obra e Postura	Fiscal de Obra e Postura	V	02	R\$ 1.317,06
Operador de Máquinas	VI	06	Operador de Máquinas	Operador de Máquinas	VI	10	R\$ 1.505,17
Pedreiro	VI	05	Pedreiro	Pedreiro	VI	05	R\$ 1.505,17
Inseminador de animais	VII	0	Inseminador de animais	Inseminador de animais	VII	1	R\$ 1.635,15
Mestre de Obras	VII	01	Em Extinção	Em Extinção	VII	01	R\$ 1.635,15
Extensionista Agrícola	VII	02	Em Extinção	Em Extinção	VII	02	R\$ 1.693,35
Agente Administrativo	VIII	12	Agente Administrativo	Agente Administrativo	VIII	12	R\$ 2.069,64
Técnico em Contabilidade	IX	04	Técnico em Contabilidade	Técnico em Contabilidade	IX	04	R\$ 2.257,80
Técnico Agrícola	IX	01	Técnico Agrícola	Técnico Agrícola	IX	01	R\$ 2.257,80
Técnico em Edificações	IX	01	Técnico em Edificações	Técnico em Edificações	IX	01	R\$ 2.257,80
Técnico em Informática	IX	02	Técnico em Informática	Técnico em Informática	IX	02	R\$ 2.257,80
Psicólogo	X	02	Psicólogo	Psicólogo	X	05	R\$ 2.445,95
Assistente social	X	0	Assistente social	Assistente social	X	03	R\$ 2.445,95
Educador físico	X	0	Educador físico	Educador físico	X	02	R\$ 2.445,95
Nutricionista	X	01	Nutricionista	Nutricionista	X	01	R\$ 2.379,44
				Biólogo	XII	01	R\$ 3.762,97
Engenheiro Civil	XII	02	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil	XII	02	R\$ 3.762,97
Procurador Municipal	XII	02	Procurador Municipal	Procurador Municipal	XII	02	R\$ 3.762,97
Engenheiro Agrônomo	XII	01	Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo	XII	01	R\$ 3.762,97
Contador	XII	02	Contador	Contador	XII	02	R\$ 3.762,97
Arquiteto	XII	01	Arquiteto	Arquiteto	XII	01	R\$ 3.762,97



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

LEI COMPLEMENTAR Nº 89/2022

"Altera a Estrutura da Atenção Básica da Saúde no Município de Dores do Rio Preto/ES e dá outras providências".

CAPÍTULO I

DA ATENÇÃO BÁSICA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Art. 1º - A presente lei complementar aprova a Política Municipal de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito das redes de atenção municipal.

Art. 2º - A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

§ 1º - A Atenção Básica será a principal porta de entrada e centro de comunicação da Redes de Atenção à Saúde (RAS), coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.

§ 2º - A Atenção Básica será ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 3º - Compete a Secretaria Municipal de Saúde a coordenação do componente municipal da Atenção Básica, no âmbito de seu limite territorial, de acordo com a política, diretrizes e prioridades estabelecidas, sendo, responsabilidades do Município de Dores do Rio Preto/ES:



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

- a) organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica, de forma universal, dentro do seu território, incluindo as unidades próprias e as cedidas pelo estado e pela União;
- b) programar as ações da Atenção Básica a partir de sua base territorial de acordo com as necessidades de saúde identificadas em sua população, utilizando instrumento de programação nacional vigente;
- c) organizar o fluxo de pessoas, inserindo-as em linhas de cuidado, instituindo e garantindo os fluxos definidos na Rede de Atenção à Saúde entre os diversos pontos de atenção de diferentes configurações tecnológicas, integrados por serviços de apoio logístico, técnico e de gestão, para garantir a integralidade do cuidado.
- d) estabelecer e adotar mecanismos de encaminhamento responsável pelas equipes que atuam na Atenção Básica de acordo com as necessidades de saúde das pessoas, mantendo a vinculação e coordenação do cuidado;
- e) manter atualizado mensalmente o cadastro de equipes, profissionais, carga horária, serviços disponibilizados, equipamentos e outros no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde vigente, conforme regulamentação específica;
- f) organizar os serviços para permitir que a Atenção Básica atue como a porta de entrada preferencial e ordenadora da RAS;
- g) fomentar a mobilização das equipes e garantir espaços para a participação da comunidade no exercício do controle social;
- h) destinar recursos municipais para compor o financiamento tripartite da Atenção Básica;
- i) ser corresponsável, junto ao Ministério da Saúde, e Secretaria Estadual de Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos município;
- j) inserir a Estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços como a estratégia prioritária de organização da Atenção Básica;
- k) prestar apoio institucional às equipes e serviços no processo de implantação, acompanhamento, e qualificação da Atenção Básica e de ampliação e consolidação da Estratégia Saúde da Família;
- l) definir estratégias de institucionalização da avaliação da Atenção Básica;
- m) desenvolver ações, articular instituições e promover acesso aos trabalhadores, para formação e garantia de educação permanente e continuada aos profissionais de saúde de todas as equipes que atuam na Atenção Básica implantadas;



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

- n) selecionar, contratar e remunerar os profissionais que compõem as equipes multiprofissionais de Atenção Básica, em conformidade com a legislação vigente;
- o) garantir recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o funcionamento das UBS e equipes, para a execução do conjunto de ações propostas;
- p) garantir acesso ao apoio diagnóstico e laboratorial necessário ao cuidado resolutivo da população;
- q) alimentar, analisar e verificar a qualidade e a consistência dos dados inseridos nos sistemas nacionais de informação a serem enviados às outras esferas de gestão, utilizá-los no planejamento das ações e divulgar os resultados obtidos, a fim de assegurar o direito fundamental de acesso à informação;
- r) organizar o fluxo de pessoas, visando à garantia das referências a serviços e ações de saúde fora do âmbito da Atenção Básica e de acordo com as necessidades de saúde das mesmas; e
- s) assegurar o cumprimento da carga horária integral de todos os profissionais que compõem as equipes que atuam na Atenção Básica, de acordo com as jornadas de trabalho especificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde vigente e a modalidade de atenção.

CAPÍTULO III

DA ATENÇÃO BÁSICA NA REDE DE ATENÇÃO Á SAÚDE

Art. 4º - A Atenção Básica é caracterizada como porta de entrada preferencial do SUS, possui um espaço privilegiado de gestão do cuidado das pessoas e cumpre papel estratégico na rede de atenção, servindo como base para o seu ordenamento e para a efetivação da integralidade. Para tanto, é necessário que a Atenção Básica tenha alta resolutividade, com capacidade clínica e de cuidado e incorporação de tecnologias leves, leve duras e duras (diagnósticas e terapêuticas), além da articulação da Atenção Básica com outros pontos da RAS.

CAPÍTULO IV

FUNCIONAMENTO

Art. 5º - Recomenda-se que as Unidades Básicas de Saúde tenham seu funcionamento com carga horária mínima de 40 horas/semanais, no mínimo 5 (cinco) dias da semana e nos 12 meses do ano, possibilitando acesso facilitado à população.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

Horários alternativos de funcionamento podem ser pactuados através das instâncias de participação social, desde que atendam expressamente a necessidade da população, observando, sempre que possível, a carga horária mínima descrita acima.

§ 1º - Como forma de garantir a coordenação do cuidado, ampliando o acesso e resolutividade das equipes que atuam na Atenção Básica, recomenda-se:

I - População adscrita por equipe de Atenção Básica (eAB) de 2.000 a 3.500 pessoas, localizada dentro do seu território, garantindo os princípios e diretrizes da Atenção Básica.

II - Além da faixa populacional, podem existir outros arranjos de adscrição, conforme vulnerabilidades, riscos e dinâmica comunitária, facultando aos gestores locais, conjuntamente com as equipes que atuam na Atenção Básica e Conselho Municipal ou Local de Saúde, a possibilidade de definir outro parâmetro populacional de responsabilidade da equipe, podendo ser maior ou menor do que o parâmetro recomendado, de acordo com as especificidades do território, assegurando-se a qualidade do cuidado.

CAPÍTULO V DOS TIPOS DE EQUIPE

Art. 6º - A Equipe de Saúde da Família (ESF) é a estratégia prioritária de atenção à saúde e visa à reorganização da Atenção Básica no país, de acordo com os preceitos do SUS. É considerada como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica, por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de ampliar a resolutividade e impactar na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

§ 1º - A equipe, tal como posta no caput do presente artigo, será composta no mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS).

§ 2º - Poderá fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e técnico em saúde bucal.

§ 3º - O número de ACS, por equipe, deverá ser definido de acordo com base populacional, critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, de acordo com definição local. Em áreas de grande dispersão territorial, áreas de risco e



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

vulnerabilidade social, recomenda-se a cobertura de 100% da população com número máximo de 750 pessoas por ACS.

§ 4º Para a equipe de Saúde da Família há a obrigatoriedade de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para todos os profissionais de saúde membros da ESF. Dessa forma, os profissionais da ESF poderão estar vinculados a apenas 1 (uma) equipe de Saúde da Família, no SCNES vigente.

CAPÍTULO VI

ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE ATENÇÃO BÁSICA

Art. 7º - As atribuições dos profissionais das equipes que atuam na Atenção Básica deverão seguir normativas específicas do Ministério da Saúde, bem como as definições de escopo de práticas, protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, além de outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Art. 8º - São atribuições comuns a todos os membros das equipes que atuam na Atenção Básica:

1. Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;
2. Cadastrar e manter atualizado o cadastramento e outros dados de saúde das famílias e dos indivíduos no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando as informações sistematicamente para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
3. Realizar o cuidado integral à saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da Unidade Básica de Saúde, e quando necessário, no domicílio e demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), com atenção especial às populações que apresentem necessidades específicas (em situação de rua, em medida socioeducativa, privada de liberdade, ribeirinha, fluvial, etc.).
4. Realizar ações de atenção à saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como aquelas previstas nas prioridades, protocolos,



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

diretrizes clínicas e terapêuticas, assim como, na oferta nacional de ações e serviços essenciais e ampliados da AB;

5. Garantir a atenção à saúde da população adscrita, buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças e agravos e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância em saúde, e incorporando diversas racionalidades em saúde, inclusive Práticas Integrativas e Complementares;

6. Participar do acolhimento dos usuários, proporcionando atendimento humanizado, realizando classificação de risco, identificando as necessidades de intervenções de cuidado, responsabilizando-se pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

7. Responsabilizar-se pelo acompanhamento da população adscrita ao longo do tempo no que se refere às múltiplas situações de doenças e agravos, e às necessidades de cuidados preventivos, permitindo a longitudinalidade do cuidado;

8. Praticar cuidado individual, familiar e dirigido a pessoas, famílias e grupos sociais, visando propor intervenções que possam influenciar os processos saúde-doença individual, das coletividades e da própria comunidade;

9. Responsabilizar-se pela população adscrita mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde;

10. Utilizar o Sistema de Informação da Atenção Básica vigente para registro das ações de saúde na AB, visando subsidiar a gestão, planejamento, investigação clínica e epidemiológica, e à avaliação dos serviços de saúde;

11. Contribuir para o processo de regulação do acesso a partir da Atenção Básica, participando da definição de fluxos assistenciais na RAS, bem como da elaboração e implementação de protocolos e diretrizes clínicas e terapêuticas para a ordenação desses fluxos;

12. Realizar a gestão das filas de espera, evitando a prática do encaminhamento desnecessário, com base nos processos de regulação locais (referência e contrarreferência), ampliando-a para um processo de compartilhamento de casos e acompanhamento longitudinal de responsabilidade das equipes que atuam na atenção básica;

13. Prever nos fluxos da RAS entre os pontos de atenção de diferentes configurações tecnológicas a integração por meio de serviços de apoio logístico, técnico e de gestão, para garantir a integralidade do cuidado;



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

14. Instituir ações para segurança do paciente e propor medidas para reduzir os riscos e diminuir os eventos adversos;
15. Alimentar e garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação da Atenção Básica, conforme normativa vigente;
16. Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória, bem como outras doenças, agravos, surtos, acidentes, violências, situações sanitárias e ambientais de importância local, considerando essas ocorrências para o planejamento de ações de prevenção, proteção e recuperação em saúde no território;
17. Realizar busca ativa de internações e atendimentos de urgência/emergência por causas sensíveis à Atenção Básica, a fim de estabelecer estratégias que ampliem a resolutividade e a longitudinalidade pelas equipes que atuam na AB;
18. Realizar visitas domiciliares e atendimentos em domicílio às famílias e pessoas em residências, Instituições de Longa Permanência (ILP), abrigos, entre outros tipos de moradia existentes em seu território, de acordo com o planejamento da equipe, necessidades e prioridades estabelecidas;
19. Realizar atenção domiciliar a pessoas com problemas de saúde controlados/compensados com algum grau de dependência para as atividades da vida diária e que não podem se deslocar até a Unidade Básica de Saúde;
20. Realizar trabalhos interdisciplinares e em equipe, integrando áreas técnicas, profissionais de diferentes formações e até mesmo outros níveis de atenção, buscando incorporar práticas de vigilância, clínica ampliada e matriciamento ao processo de trabalho cotidiano para essa integração (realização de consulta compartilhada reservada aos profissionais de nível superior, construção de Projeto Terapêutico Singular, trabalho com grupos, entre outras estratégias, em consonância com as necessidades e demandas da população);
21. Participar de reuniões de equipes a fim de acompanhar e discutir em conjunto o planejamento e avaliação sistemática das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis, visando a readequação constante do processo de trabalho;
22. Articular e participar das atividades de educação permanente e educação continuada;
23. Realizar ações de educação em saúde à população adstrita, conforme planejamento da equipe e utilizando abordagens adequadas às necessidades deste público;



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

24. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS;
25. Promover a mobilização e a participação da comunidade, estimulando conselhos/colegiados, constituídos de gestores locais, profissionais de saúde e usuários, viabilizando o controle social na gestão da Unidade Básica de Saúde;
26. Acompanhar e registrar no Sistema de Informação da Atenção Básica e no mapa de acompanhamento do Programa Bolsa Família (PBF), e/ou outros programas sociais equivalentes, as condicionalidades de saúde das famílias beneficiárias, realizar outras ações e atividades, de acordo com as prioridades locais, definidas pelo gestor local.

Seção I

Das Visitas Domiciliares

Art. 9º - As visitas domiciliares serão concretizadas na forma a seguir posta:

- a) da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;
- b) da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;
- c) da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;
- d) do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde;
- e) da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;
- f) da pessoa em sofrimento psíquico;
- g) da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;
- h) da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;
- i) dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;
- j) da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

Seção II

Do Acompanhamento

Art. 10 – Os acompanhamentos, na forma da presente lei, se concretizarão na forma a seguir posta:

- a) de situações de risco à família;
- b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;
- c) do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;
- d) o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

CAPÍTULO VII

DO FINANCIAMENTO

Art. 11 – O financiamento da presente lei está em conformidade com a Portaria nº 2.979, de 12 de Novembro de 2019 (Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde), onde é estabelecido o novo modelo de financiamento e custeio da atenção primária, e, tendo em vista a necessidade de ampliação da capacidade instalada e abrangência da oferta dos serviços da Atenção Primária à Saúde com atuação de equipes multiprofissionais, bem como os atributos essenciais e derivados da Atenção Primária à Saúde, quais sejam, o acesso de primeiro contato, longitudinalidade, coordenação, integralidade, orientação familiar, orientação comunitária e competência cultural, conclui-se que o financiamento federal de custeio da Atenção Primária à Saúde (APS) será constituído por capacidade ponderada, pagamento por desempenho e incentivo para ações estratégicas.

§ 1º - A Portaria, tal como destacada no caput do presente artigo, conforme normatização vigente no SUS, que define a organização em Redes de Atenção à Saúde (RAS) como estratégia para um cuidado integral e direcionado às necessidades de saúde da população, destaca a Atenção Básica como primeiro ponto de atenção e porta de entrada preferencial do sistema, que deve ordenar os fluxos e contrafluxos de pessoas, produtos e informações em todos os pontos de atenção à saúde.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é resultado da experiência acumulada por um conjunto de atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como movimentos sociais, população, trabalhadores e gestores das três esferas de governo.

§ 1º - Em conformidade com a Nota Técnica nº 3/2020 (Ministério da Saúde Secretaria de Atenção Primária à Saúde Departamento de Saúde da Família), tem-se que, precisamente em seu parágrafo 2.2, que a composição de equipes multiprofissionais deixa de estar vinculada às pologias de equipes NASF-AB. Com essa desvinculação, o gestor municipal passa a ter autonomia para compor suas equipes multiprofissionais, definindo os profissionais, a carga horária e os arranjos de equipe. O gestor municipal pode então cadastrar esses profissionais diretamente nas equipes de Saúde da Família (eSF) ou equipes de Atenção Primária (eAP), ampliando sua composição mínima. Poderá, ainda, manter os profissionais cadastrados no SCNES como equipe NASF-AB ou cadastrar os profissionais apenas no estabelecimento de atenção primária sem vinculação a nenhuma equipe.

§ 2º - Em conformidade com a autonomia dada, e com as demandas, de atendimento, solicito a extinção do NASF (Núcleo Ampliado a Saúde da Família), transformando este, em: Nutricionista, Terapeuta Ocupacional, Psicólogo para atendimento ambulatorial clínico.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, pontualmente a Lei Complementar Municipal nº 041/2017.

Dores do Rio Preto/ES, 27 de abril de 2022.

Cleudenir José de Carvalho Neto
Chefe do Poder Executivo Municipal



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

ANEXO I

DENOMINAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	HABILITAÇÃO ESPECÍFICA	SALÁRIO
Médico da Atenção Básica	40 horas / Semanais	03	Diploma e Registro na área	R\$ 11.411,43
Enfermeiro	40 horas / Semanais	03	Diploma e Registro na área	R\$ 2.869,31
Cirurgião Dentista	40 horas / Semanais	03	Diploma e Registro na área	R\$ 3.907,03
Técnico em Enfermagem	40 horas/ semanais	03	Diploma e Registro na área	R\$ 1,219,16
Técnico em Saúde Bucal	40 horas/ semanais	05	Diploma e Registro na área	R\$ 1,219,16
Agente Comunitário de Saúde	40 horas/ semanais	17	Certificado de Ensino Médio Completo	R\$ 1.550,00
Agente Comunitário de Endemias	40 horas/ semanais	10	Certificado de Ensino Médio Completo	R\$ 1.550,00
Coordenador de Atenção Primária	40 horas/ semanais	01	Diploma e Registro na área	R\$ 2.869,13
Nutricionista	30 horas/semanais	01	Diploma e Registro na área	R\$ 2.319,95
Psicólogo	30 horas/semanais	01	Diploma e Registro na área	R\$ 2.445,93
Terapeuta Ocupacional	30 horas/semanais	01	Diploma e Registro na área	R\$ 2.445,93



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

ANEXO II

SÃO ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES QUE ATUAM NA ATENÇÃO BÁSICA

ENFERMEIRO

- a) Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida;
- b) Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
- c) Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos;
- d) Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
- e) Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local;
- f) Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos em enfermagem, ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;
- g) Supervisionar as ações do técnico em enfermagem e ACS;
- h) Implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS; e
- i) Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- a) Participar das atividades de atenção à saúde realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros);
- b) Realizar procedimentos de enfermagem, como curativos, administração de medicamentos, vacinas, coleta de material para exames, lavagem, preparação e esterilização de materiais, entre outras atividades delegadas pelo enfermeiro, de acordo com sua área de atuação e regulamentação;
- c) Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

MÉDICO

- a) Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros); em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (federal, estadual, municipal ou Distrito Federal), observadas as disposições legais da profissão;
- b) Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
- c) Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito;
- d) Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento da pessoa;
- e) Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe; e
- f) Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES
CIRURGIÃO-DENTISTA

- a) Realizar a atenção em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros), de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade e em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
- b) Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal no território;
- c) Realizar os procedimentos clínicos e cirúrgicos da AB em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com as fases clínicas de moldagem, adaptação e acompanhamento de próteses dentárias (elementar, total e parcial removível);
- d) Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- e) Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde com os demais membros da equipe, buscando aproximar saúde bucal e integrar ações de forma multidisciplinar;
- f) Realizar supervisão do técnico em saúde bucal (TSB) e técnico em saúde bucal (ASB);
- g) Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;
- h) Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
- e
- i) Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL (ASB)

- a) Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
- b) Executar organização, limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- c) Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas,
- d) Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- e) Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Atenção Básica, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- f) Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- g) Processar filme radiográfico;
- h) Selecionar moldeiras;
- i) Preparar modelos em gesso;
- j) Manipular materiais de uso odontológico realizando manutenção e conservação dos equipamentos;
- k) Participar da realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; e
- l) Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

COORDENADOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

- a) Recomenda-se a inclusão do coordenador de atenção primária, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e qualificação do processo de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde, em especial ao fortalecer a atenção à saúde prestada pelos profissionais das equipes à população adscrita, por meio de função técnico-gerencial. A inclusão deste profissional deve ser avaliada pelo gestor, segundo a necessidade do território e cobertura de AB.
- b) Entende-se por coordenador de atenção primária, um profissional qualificado, preferencialmente com nível superior, com o papel de garantir o planejamento em saúde, de acordo com as necessidades do território e comunidade, a organização do processo de trabalho, coordenação e integração das ações. Importante ressaltar que o gerente não seja profissional integrante das equipes vinculadas à UBS e que possua experiência na Atenção Básica, preferencialmente de nível superior, e dentre suas atribuições estão:
- c) Conhecer e divulgar, junto aos demais profissionais, as diretrizes e normas que incidem sobre a AB em âmbito nacional, estadual, municipal e Distrito Federal, com ênfase na Política Nacional de Atenção Básica, de modo a orientar a organização do processo de trabalho na UBS;
- d) Participar e orientar o processo de territorialização, diagnóstico situacional, planejamento e programação das equipes, avaliando resultados e propondo estratégias para o alcance de metas de saúde, junto aos demais profissionais;
- e) Acompanhar, orientar e monitorar os processos de trabalho das equipes que atuam na AB sob sua gerência, contribuindo para implementação de políticas, estratégias e programas de saúde, bem como para a mediação de conflitos e resolução de problemas;
- f) Mitigar a cultura na qual as equipes, incluindo profissionais envolvidos no cuidado e gestores assumem responsabilidades pela sua própria segurança de seus colegas, pacientes e familiares, encorajando a identificação, a notificação e a resolução dos problemas relacionados à segurança;
- g) Assegurar a adequada alimentação de dados nos sistemas de informação da Atenção Básica vigente, por parte dos profissionais, verificando sua consistência, estimulando a utilização para análise e planejamento das ações, e divulgando os resultados obtidos;
- h) Estimular o vínculo entre os profissionais favorecendo o trabalho em equipe;



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

- i) Potencializar a utilização de recursos físicos, tecnológicos e equipamentos existentes na UBS, apoiando os processos de cuidado a partir da orientação à equipe sobre a correta utilização desses recursos;
- j) Qualificar a gestão da infraestrutura e dos insumos (manutenção, logística dos materiais, ambiência da UBS), zelando pelo bom uso dos recursos e evitando o desabastecimento;
- k) Representar o serviço sob sua gerência em todas as instâncias necessárias e articular com demais atores da gestão e do território com vistas à qualificação do trabalho e da atenção à saúde realizada na UBS;
- l) Conhecer a RAS, participar e fomentar a participação dos profissionais na organização dos fluxos de usuários, com base em protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, apoiando a referência e contrarreferência entre equipes que atuam na AB e nos diferentes pontos de atenção, com garantia de encaminhamentos responsáveis;
- m) Conhecer a rede de serviços e equipamentos sociais do território, e estimular a atuação intersetorial, com atenção diferenciada para as vulnerabilidades existentes no território;
- n) Identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe, visando melhorias no processo de trabalho, na qualidade e resolutividade da atenção, e promover a Educação Permanente, seja mobilizando saberes na própria UBS, ou com parceiros;
- o) Desenvolver gestão participativa e estimular a participação dos profissionais e usuários em instâncias de controle social;
- p) Tomar as providências cabíveis no menor prazo possível quanto a ocorrências que interfiram no funcionamento da unidade; e
- q) Exercer outras atribuições que lhe sejam designadas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, de acordo com suas competências.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

Atividades típicas de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Comunitários de Endemias (Lei 11.350/206 e Lei 13.3595, são consideradas:

A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei será integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias participação nas atividades de planejamento e avaliação de ações, de detalhamento das atividades, de registro de dados e de reuniões de equipe, e, ainda:

- a) ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas;
- b) ter concluído o ensino médio;

No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e, consequente, encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

- a) a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;
- b) o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;
- c) a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:

- a) na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;
- b) no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;
- c) na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica;
- d) na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.

O ACS e o ACE devem compor uma equipe de Atenção Básica (eAB) ou uma equipe de Saúde da Família (eSF) e serem coordenados por profissionais de saúde de nível superior realizado de forma compartilhada entre a Atenção Básica e a Vigilância em Saúde.

Nas localidades em que não houver cobertura por equipe de Atenção Básica, o ACS deve se vincular à equipe da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS). Já o ACE, nesses casos, deve ser vinculado à equipe de vigilância em saúde do município e sua supervisão técnica deve ser realizada por profissional com comprovada capacidade técnica, podendo estar vinculado à equipe de atenção básica, ou a outro serviço a ser definido pelo gestor local.

Agente Comunitário de Endemias

São atribuições específicas do Agente Comunitário de Endemias:

- Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica ou coleta de reservatórios de doenças;
- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção, intervenção e controle de doenças, incluindo,

01



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

dentre outros, o recenseamento de animais e levantamento de índice amostral tecnicamente indicado;

- Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;
- Realizar e manter atualizados os mapas, croquis e o reconhecimento geográfico de seu território; e
- Executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; e
- Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

NUTRICIONISTA

- a) Realizar atendimento ambulatorial;
- b) Acompanhar usuários com disfunções nutricionais;
- c) Acompanhar usuários com Diabetes Melitus I e II;
- d) Implementar a PNAN, no âmbito do seu território, respeitando suas diretrizes e promovendo as adequações necessárias, de acordo com o perfil epidemiológico e as especificidades locais, considerando critérios de risco e vulnerabilidade;
- e) Elaborar o plano de ação para a implementação da rede de atenção, com definição de prioridades, objetivos, estratégias e metas, de forma contínua e articulada com o Plano Municipal de Saúde e o planejamento regional integrado, se for o caso, e com os instrumentos de planejamento e pactuação do SUS;
- f) Pactuar, monitorar e avaliar os indicadores de alimentação e nutrição e alimentar os sistemas de informação da saúde, de forma contínua, com dados produzidos no sistema local de saúde;
- g) Realizar intervenções, junto a Estratégia de Saúde da Família, caso seja necessário.

PSICÓLOGO (na Atenção Básica)

- a) Realizar atendimento ambulatorial;
- b) Realizar intervenções junto a Estratégia de Saúde da Família, em casos específicos, como internações e altas de internações;
- c) Promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade.



PREFEITURA DE DORES DO RIO PRETO/ES

TERAPEUTA OCUPACIONAL (na Atenção Básica)

- a) Realizar atendimento individual;
- b) Realizar Roda de Conversa;
- c) Realizar oficinas voltadas a reabilitação psicomotora e social;
- d) Coordenar o cuidado dos usuários em vulnerabilidade psíquica.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 90/2022

"Criação de Equipe em Atenção Especializada de Referência em Saúde Mental no Município de Dorcas do Rio Preto/ES e dá outras providências".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Equipe em Atenção Especializada em Saúde Mental e contratar em caráter emergencial, mediante celebração de contrato administrativo de caráter temporário, profissionais devidamente habilitados para atuar na área da saúde pública, em parceria com o Governo do Estado, para os seguintes cargos/funções e quantidades a seguir indicados:

CARGOS/FUNÇÕES	QUANTIDADE
Assistente Social	01 (um)
Psicólogo	01 (um)
Médico	01 (um)

§ 1º Os requisitos exigidos para as contratações e as atribuições dos contratados para os cargos/funções, são as que constituem o Anexo II, que é parte integrante desta Lei.

§ 2º A contratação de caráter temporário e de excepcional interesse público, para efeitos desta Lei, em parceria com o Governo do Estado, dentro das Políticas Estaduais de Atenção Básica (Resoluções CIB/RS 403/2011 e 404/2011) e Portaria nº 503/2014.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 3º A contratação de que trata esta Lei será efetivada de acordo com a Lei Municipal nº 931/2021 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º - A carga horária semanal e o vencimento serão na forma do Anexo I, respeitadas as demais parcelas remuneratórias previstas em lei decorrente do exercício da função asseguradas aos contratados temporários:

Parágrafo único. Ocorrendo majoração na remuneração mensal será repassado o mesmo índice de reajustamento para a remuneração correspondente do contrato temporário.

Art. 3º - A contratação será de natureza administrativa, assegurando ao contratado os seguintes direitos:

I - vencimento mensal conforme estabelecido no art. 3º;

II - repouso semanal remunerado, e

III - inscrição no Regime de Previdência Social - INSS.

Art. 4º - O prazo de vigência dos contratos será pelo período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dorcas do Rio Preto-ES, 09 de maio de 2022.

Cleudenir José de Carvalho Neto
Chefe do Poder Executivo Municipal



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

Denominação	Carga Horária	Vagas	Habilitação Específica	Salário
Psicólogo	30h	01	Registro em Órgão Específico	R\$ 2.200,34
Médico	10h	01	Registro em Órgão Específico	R\$ 4.782,40
Assistente Social	30h	01	Registro em Órgão Específico	R\$ 2.220,34

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO II

Atribuições Gerais

I - ampliar o acesso à assistência em saúde mental para pessoas de todas as faixas etárias com transtornos mentais mais prevalentes, como transtornos de humor, dependência química e transtornos de ansiedade;

II - prestar assistência multiprofissional às pessoas com transtornos mentais moderados, encaminhados pela Atenção Básica;

III - constituir preferencialmente referência regional para assistência ambulatorial especializada em saúde mental;

IV - trabalhar de maneira integrada com outros pontos de atenção das redes do SUS; e

V - estabelecer articulação com demais serviços do SUS e com o Sistema Único de Assistência Social, de forma a garantir direitos de cidadania, cuidado transdisciplinar e ação intersetorial.

Atribuições Específicas

Psicólogo

- I. Estudar e Avaliar indivíduos que apresentem distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar –se, no diagnóstico e tratamento;
- II. Desenvolver trabalhos psicoterápicos;
- III. Articular –se com equipes multidisciplinares para elaboração e execução de projetos;
- IV. Atender pacientes da rede municipal de saúde de saúde, avaliando –os e empregando técnicas;
- V. Prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares dos enfermos, e de alterações comportamentais;



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Médico

- I. Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros); em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (federal, estadual, municipal ou Distrito Federal), observadas as disposições legais da profissão;
- II. Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
- III. Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito;
- IV. Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento da pessoa;
Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;
- V. Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Assistente Social

- I. verificação das demandas trazidas pelas instituições psiquiátricas;
- II. acompanhamento das necessidades sociais de cada usuário/paciente;
- III. medidas para solucionar problemas como a exclusão desses usuários, por meio a integração a família e a sociedade



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 93/2022

"Dispõe sobre a criação do cargo de Fiscal Ambiental".

O Prefeito Municipal de Dorcas do Rio Preto, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo de Fiscal Ambiental, de provimento efetivo, no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto.

Art. 2º - O Anexo I- Cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto e o Anexo IV - Demonstrativo de Situação Atual e Situação Nova da Lei Complementar nº 034, de 25 de maio de 2016, passam a vigorar com a alteração estabelecida no artigo 1º desta Lei Complementar.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES, 04 de julho de 2022.

CLEUDENIR JOSÉ DE CARVALHO NETO
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

**CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL
DA PREFEITURA DE DORÉ DO RIO PRETO**

Refere-se aos artigos 3º, 5º, 7º, 82, 89, 91 e 92 da Lei Complementar nº 34/2016

Denominação do Grupo Ocupacional	Cargo Novo	Quant.	Carreira	CH Semanal
Portaria, Transporte, Limpeza e Conservação	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação	75	I	40 h
	Braçal	20	I	40h
	Vigia	06	I	40 h
	Agente de Atendimento ao Público	12	III	40 h
	Motorista Profissional	40	V	40 h
	Monitor do transporte escolar	08	III	40 h
Obras, Serviços e Manutenção	Zelador de Cemitério	01	I	40 h
	Calceteiro	02	IV	40 h
	Eletricista de Baixa e Alta Tensão	01	IV	40 h
	Mecânico	02	V	40 h
	Operador de Máquinas	10	VI	40 h
	Jardineiro	02	I	40h
	Encanador	01	IV	40h
	Mestre de Obras	01	VII	40h
	Inseminador de animais	01	VII	40h
	Pedreiro	05	VI	40 h
Apoio Técnico	Auxiliar Administrativo	05	III	40 h
Administrativo	Agente Administrativo	12	VIII	40 h



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	Técnico Agrícola	01	IX	40 h
	Técnico em Contabilidade	04	IX	40 h
	Técnico em Edificações	01	IX	40 h
	Técnico em Informática	02	IX	40 h
	Técnico de Tesouraria	01	IX	40h
	Extensionista Agrícola	02	VII	40h
	Escruturário	15	V	40h
Fiscalização	Agente de Arrecadação	03	V	40 h
	Fiscal de Obras e Postura	03	V	40 h
	Agente de Serviços Educacionais	05	III	40 h
	Secretário Escolar	02	IV	40 h
Nível Superior	Psicólogo	05	X	30 h
	Educador físico	02	X	30h
	Assistente social	03	X	30h
	Fiscal ambiental	1	XII	30h
	Nutricionista	01	X	30 h
	Contador	02	XII	30 h
	Engenheiro Civil	02	XII	30 h
	Engenheiro Agrônomo	01	XII	30 h
	Procurador Municipal	02	XII	30 h
	Arquiteto	01	XII	30h
	Biólogo	01	XII	30h



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 96/2022

"REGULAMENTA O CREAS, INSTITUI EQUIPE DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CRIA CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Dorcas do Rio Preto, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica regulamentado o CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social no município de Dorcas do Rio Preto, unidade pública estatal instituída no âmbito da Proteção Social Especial do SUAS de abrangência e gestão municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§1º - O CREAS oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e possui interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

§2º - As instalações dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

§3º - A Proteção Social Especial é o conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 2º - O papel do CREAS e as competências decorrentes estão consubstanciados em um conjunto de leis e normativas que fundamentam e definem a política de assistência social e regulam o SUAS.

Parágrafo Único - A oferta de serviços especializados pelo CREAS deve orientar-se pela garantia das seguranças socioassistenciais, conforme previsto na Constituição Federal, Lei nº 8.742/1993, Lei nº 12.435/2011, PNAS, NOB/SUAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, além de outras legislações e normativas, como ECA, Estatuto do Idoso, Planos Nacionais, Estaduais, Municipais, etc.

Art. 3º - A Proteção Social Especial deve ser organizada de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais, dessa forma, são direitos socioassistenciais a serem assegurados nos serviços ofertados no CREAS:

- I. Atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos;
- II. Acesso à rede de serviços com reduzida espera e de acordo com a necessidade;
- III. Acesso à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura e de limitações físicas;
- IV. Ao protagonismo e à manifestação de seus interesses;
- V. À convivência familiar e comunitária;
- VI. À oferta qualificada de serviços. Estes direitos socioassistenciais devem ser assegurados aos cidadãos e cidadãs, usuários da política de Assistência Social, no usufruto do direito inscrito no ordenamento jurídico brasileiro

Art. 4º - Compete ao CREAS:

- I. Ofertar e referenciar de serviços especializados, conforme definição do órgão gestor;
- II. Fornecer subsídios e informações ao órgão gestor que contribuam para:
 - a) Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
 - b) Planejamento, monitoramento e avaliação da Unidade e dos serviços ofertados pelo CREAS;



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- c) Organização e avaliação dos serviços referenciados aos CREAS;
 - d) Planejamento de medidas voltadas à qualificação da Unidade e da atenção ofertada no âmbito dos serviços do CREAS.
- III. Relacionar-se com as Unidades referenciadas para acompanhamento dos casos, conforme fluxos de encaminhamento e processos de trabalho previamente definidos;
- IV. Organizar espaços e oportunidades para troca de informações, discussão de casos e acompanhamento dos encaminhamentos realizados às Unidades referenciadas;
- V. Acompanhamento das Famílias do Programa Auxílio Brasil e demais programas existentes no município em especial daquelas em Situação de Descumprimento de Condicionalidades por motivos relacionados a situações de risco pessoal e social, por violação de direitos;
- VI. Acompanhamentos das famílias do BPC, quando em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, e articulação com o INSS para fins de concessão, quando for o caso;
- VII. Alimentação periódica do SICON com registro do acompanhamento familiar efetivado.
- VIII. Encaminhamento ao órgão gestor de demandas relativas a recursos materiais para o desenvolvimento dos serviços, melhoria e adequação da infraestrutura da Unidade, capacitação da equipe, assessoramento e suporte técnico ao CREAS e, quando couber, das necessidades de ampliação dos recursos humanos, em função das demandas do território.
- IX. Participação na construção de fluxos de articulação com a rede socioassistencial e com as demais políticas e órgãos de defesa de direitos.
- X. Desenvolvimento de trabalho em rede na atenção cotidiana, por meio da articulação com a rede socioassistencial, outras políticas e órgãos de defesa de direitos, conforme fluxos pactuados, quando for o caso.
- XI. Gestão dos processos de trabalho, incluindo:
- a) Coordenação técnica e administrativa da Unidade;
 - b) Coordenação direta da execução dos serviços ofertados;
 - c) Coordenação da equipe da Unidade;
 - d) Organização e gestão dos registros de informações, dos processos e fluxos internos de trabalho;



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- e) Organização e coordenação dos processos de trabalho em rede para a atenção cotidiana, conforme fluxos previamente definidos, quando for o caso;
- f) Organização de momentos de reflexão, discussão de caso e integração em equipe;
- g) Participação como representante, da Assistência Social, em Comissões, Fóruns, etc, quando for o caso.
- h) Participação em campanhas de prevenção e enfrentamento a situações de violação de direitos.

XII. Encaminhamento ao órgão gestor, pelo coordenador da Unidade, das informações solicitadas no Censo SUAS/CREAS;

XIII. Registro de informações relativas a atendimento/ acompanhamento através do prontuário eletrônico do SUAS, RAM – Registro Mensal de Atendimento do CREAS na Rede SUAS e registros físicos de cada profissional;

XIV. Elaboração e encaminhamentos ao órgão gestor de relatórios sobre trabalhos realizados, com dados de vigilância socioassistencial e dados sobre atendimentos/ acompanhamentos;

Art. 5º - Considerando a realidade local e as demandas do território, o CREAS, além do PAEFI, observados os parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, atenderá os demais Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- c) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- d) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Art. 6º - Considerando a realidade local e as demandas do território, observados os parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Técnicos de Serviço Social e Psicologia do CREAS, também atenderão a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes "Anjos da Vida", até que o município destine equipe técnica específica para o serviço, cabendo à Gestão de Assistência Social decidir sobre a necessidade de extensão da carga horária desses técnicos para atendimento do serviço, conforme prevê a Lei Municipal Nº 030/2015.

§1º Em relação aos Serviços de Acolhimento, o CREAS realizará acompanhamento dos casos, tendo em vista o fortalecimento da função protetiva das famílias, na perspectiva da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

§ 2º Quando da reinserção familiar, o CREAS dará continuidade no acompanhamento, de modo a evitar novo afastamento do convívio familiar e, por conseguinte, o retorno ao Serviço de Acolhimento.

Art. 7º - As demandas cujo atendimento ultrapassem as competências do CREAS, as famílias e indivíduos devem ser encaminhados para acessar serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos seguindo as seguintes ações:

I - Os encaminhamentos devem ser monitorados;

II - Deverão ser definidos fluxos para subsidiar a prática cotidiana de encaminhamentos entre serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, com vistas ao atendimento integrado, evitando a fragmentação e/ou a sobreposição das ações.

III - Os profissionais do CREAS deverão promover os devidos encaminhamentos para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais, bem como para o acesso ao BPC, considerando demandas identificadas.

IV - O CREAS deve informar as famílias e aos indivíduos em situação de violação de direitos, quais órgãos podem ser acessados a partir das especificidades de suas demandas, assim como promover os encaminhamentos necessários.

Art. 8º - O trabalho social desenvolvido no CREAS deverá fundamentar-se no que dispõe o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS, de modo a garantir o acompanhamento prioritário às famílias com membros beneficiários do BPC, famílias inseridas no



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Programa Auxílio Brasil e demais programas existentes no município, quando expostas a situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

Art. 9º - As ações de capacitação serão disponibilizadas pela Gestão da Assistência Social à toda equipe de trabalho do CREAS, com base no princípio da educação permanente, que devem abordar temáticas que contribuam para a melhoria da qualidade do trabalho social desenvolvido, relacionando-o às demandas específicas de cada serviço e às funções que cada profissional desempenha no CREAS.

Art. 10º - O registro de informação constitui procedimento a ser adotado pelo CREAS para gerar conhecimento e instrumentalizar a gestão, o monitoramento e a avaliação, é importante observar as orientações e normativas de âmbito nacional em vigor como a Resolução CIT Nº 4, de 24 de maio de 2011, que institui parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos CRAS e CREAS:

I - Os registros de acompanhamento familiar, devem ser realizados por meio de instrumentais que permitam armazenar um conjunto de informações pertinentes ao trabalho social desenvolvido, tais como permanência, desligamento e atividades desenvolvidas.

II - Os registros e os fluxos de informação serão organizados de forma padronizada e informatizada, com o intuito de agilizar e otimizar o processo de gestão, monitoramento e avaliação.

III - O registro e acesso a informações deve observar a questão ética, a necessidade de segurança e sigilo de determinadas informações, além das recomendações dos conselhos de categoria profissional, sempre que couber.

IV - As Informações sobre o acompanhamento das famílias e indivíduos no CREAS devem ser registradas sob os parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados, prontuário do SUAS e RMA – Registro de Atendimento Mensal do CREAS além dos prontuários, registros e planos físicos elaborados pelos técnicos e pela coordenação.

V - A utilização das informações registradas deve ser restrita à equipe do CREAS que deverá atentar-se ao sigilo e privacidade necessários, de acordo com o código de ética dos profissionais implicados no acompanhamento.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 11 - A NOBRH/SUAS (2006) prevê que a equipe de referência do CREAS tenha sua composição profissionais de nível médio e nível superior de formações específicas (Serviço Social, Psicologia, Direito), tendo em vista as especificidades do acompanhamento familiar especializado realizado nesta Unidade de referência.

§1º A Composição dos Recursos Humanos deve considerar o vínculo de trabalho efetivo dos profissionais, a oferta contínua e ininterrupta dos serviços, o papel dos trabalhadores na relação com os usuários e a construção de vínculos que contribui para diminuir a rotatividade de profissionais e potencializa os investimentos de recursos públicos em capacitação com base no princípio da educação permanente.

§ 2º Cabe ao Órgão Gestor de Assistência Social coordenar a definição do processo de articulação do CREAS com os órgãos de defesa de direitos, visando estabelecer um canal de comunicação claro e objetivo, onde sejam clarificadas as competências da Unidade, para evitar solicitações e demandas de trabalho que não são compatíveis com as suas atribuições.

§ 3º Os profissionais precisam ter um conjunto de conhecimentos e habilidades que sejam compatíveis com a natureza e com os objetivos dos serviços ofertados pelo CREAS, bem como com as atribuições pertinentes.

Art. 12 - Compõem a equipe de referência do CREAS:

I.1 Coordenador;

II.3 Técnicos de Nível Superior:

- a) 1 Assistente Social; 1
- b) 1 Psicólogo (a);
- c) 1 Advogado (a).

III.1 técnico de nível médio:

- a) 1 Auxiliar administrativo.

Art. 13 - Coordenador do CREAS - Perfil e atribuições:

I – Perfil:

- a) Escolaridade de nível superior de acordo com a NOB/RH/2006 e com a Resolução do CNAS nº 17/2011;

II – Atribuições:



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a. Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CREAS e seu (s) serviço (s), quando for o caso;
- b. Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;
- c. Participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;
- d. Subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;
- e. Coordenar a relação cotidiana entre CREAS e as unidades referenciadas ao CREAS no seu território de abrangência;
- f. Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços socioassistenciais, especialmente os CRAS e Serviços de Acolhimento, na sua área de abrangência
- g. Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;
- h. Definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na Unidade;
- i. Discutir com a equipe técnica a adoção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;
- j. Definir com a equipe os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS;
- k. Coordenar o processo, com a equipe, unidades referenciadas e rede de articulação, quando for o caso, do fluxo de entrada, acolhida, acompanhamento, encaminhamento e desligamento das famílias e indivíduos no CREAS;
- l. Coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários;
- m. Coordenar a oferta e o acompanhamento do (s) serviço (s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- n. Coordenar a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;
- o. Contribuir para a avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo CREAS;
- p. Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;
- q. Identificar as necessidades de ampliação do RH da Unidade e/ou capacitação da equipe e informar o órgão gestor de Assistência Social;
- r. Coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento.

Art. 14 - Técnico de Nível Superior do CREAS - Perfil e atribuições:

I - Perfil:

- a) Escolaridade mínima de nível superior, com formação em Serviço Social, Psicologia, Direito e registro nos conselhos das respectivas classes profissionais;

II – Atribuições:

- a. Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;
- b. Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;
- c. Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo;
- d. Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;
- e. Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito;
- f. Trabalho em equipe interdisciplinar;
- g. Orientação jurídico-social (advogado);



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- h. Alimentação de registros e sistemas de informação sobre das ações desenvolvidas;
- i. Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;
- j. Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;
- k. Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.
- l. Notificação de situações de violação de direitos aos Órgãos de Defesa de Direitos;
- m. Demais atribuições pertinentes a cada área de atuação conforme código de ética de cada categoria profissional.

Art. 15 - Auxiliar administrativo – Perfil e Atribuições:

I - Perfil:

- a) Escolaridade mínima nível médio completo;

II – Atribuições:

- a. Apoio aos demais profissionais no que se refere às funções administrativas da Unidade;
- b. Recepção inicial e fornecimento de informações aos usuários;
- c. Agendamentos, contatos telefônicos;
- d. Rotinas administrativas da unidade, relacionadas a seu funcionamento e relação com o órgão gestor e com a rede;
- e. Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados;
- f. Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

Parágrafo Único – O Auxiliar administrativo será o quadro administrativo do executivo municipal da Lei Municipal Nº 034/2016.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 16 - Fica criado o Cargo de Coordenador do CREAS constituído preferencialmente por servidor efetivo, a critério do executivo municipal nas seguintes categorias:

I - Função Gratificada FG 02 conforme Artigo 61, anexo IV da Lei Municipal 030/2015, sem prejuízo da carga horária correspondente ao cargo original.

II - Cargo de Provimento em Comissão.

Parágrafo Único - O vencimento do Coordenador do CREAS em cargo em comissão será o mesmo dos técnicos de nível superior.

Art. 17 - Fica criado o Cargo de Advogado do CREAS no grupo Ocupacional de Analista em Assistência Social da Lei Municipal 030/2015, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Assistência Social do Município de Dorcas do Rio Preto/ES.

§1º As especificações do cargo criado estão constantes no anexo I que integra a presente Lei.

§2º O vencimento do cargo de Advogado será o mesmo dos demais técnicos de nível superior do CREAS, Assistente Social e Psicólogo.

§ 3º Os anexos I e II da Lei Municipal 030/2015 passam a vigorar acrescido do cargo de Advogado (a) conforme anexo II que integra a presente Lei.

Art. 18 - Aplicam-se aos cargos criados por esta Lei, as disposições da Lei Municipal nº 030/2015.

Art. 19 - Ficam revogados os artigos 20, 21 e 22 da Lei Municipal nº 809/2015.

Art. 20 - Esta lei entre em vigor a partir da sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dorcas do Rio Preto, aos 08 dias do mês de novembro de 2022.

CLEUDENIR JOSÉ DE CARVALHO NETO
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO CARGO		
CARGO Advogado(a)	GRUPO OCUPACIONAL Analista em Assistência Social	CARREIRA IV
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: O ocupante do cargo executará serviços de orientação jurídico-social na proteção social especial de média e alta complexidade à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social advinda da violação de direitos, realizará trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, (atendimento individual, familiar e em grupo); Deverá ter conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.) e da rede socioassistencial, das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.		
DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS Atribuições: <ul style="list-style-type: none">⇒ Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;⇒ Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;⇒ Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo;⇒ Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;⇒ Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito;⇒ Trabalho em equipe interdisciplinar;⇒ Orientação jurídico-social;⇒ Alimentação de registros e sistemas de informação das ações desenvolvidas;⇒ Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;⇒ Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;⇒ Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.⇒ A orientação jurídica pré-processual e pré-inquérito, no sentido de orientação dos procedimentos a serem seguidos e de processos ou procedimentos já instaurados.⇒ Elaboração e acompanhamento de peças judiciais nos casos de situações de risco e violação de direitos;⇒ Notificação de situações de violação de direitos aos Órgãos de Defesa de Direitos;⇒ Interlocução em demandas que envolvam órgãos pertencentes ao Sistema de Justiça;		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESCRIÇÃO DO CARGO		
CARGO Advogado(a)	GRUPO OCUPACIONAL Analista em Assistência Social	CARREIRA IV
<p>⇒ Busca, aos autos de ações judiciais, com o objetivo de utilizar essas informações para levar a juízo e proteger o usuário.</p> <p>FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO</p> <p>Experiência: Não exige experiência comprovada.</p> <p>Requisitos para Provimento: Escolaridade – Curso Superior na área de Direito Pré – requisito - Registro no respectivo conselho de Classe.</p> <p>Recrutamento: Externo, no mercado de trabalho, mediante seleção em Concurso Público.</p> <p>Perspectivas de Desenvolvimento Funcional: Progressão para o nível de vencimento imediatamente superior no grupo a que pertence mediante avaliação de desempenho; Promoção por graduação baseada na formação acadêmica do profissional na grande área de Direito.</p> <p>Relacionamento: Capacidade satisfatória de lidar com pessoas e relacionar-se com os colegas de trabalho.</p> <p>Responsabilidade com o Patrimônio: O ocupante, lida com patrimônio em forma de equipamento, material ou recursos, e pode provocar perdas, parcialmente recuperáveis, decorrentes de descuidos.</p>		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO II

Lei 030/2015 - Anexo I - Quadro dos Profissionais da Assistência Social

Referente ao Art. 6º, 16, 18, 49, 66, 67 e 74 da Lei 030/2015

<i>Grupos Ocupacionais</i>	<i>Denominação do cargo</i>	<i>Quant.</i>	<i>Carreira</i>	<i>Carga Horária</i>
<i>Analista em Assistência Social</i>	<i>Advogado (a)</i>	<i>01</i>	<i>IV</i>	<i>30 Horas</i>

Lei 030/2015 - Anexo II - Cargos da Assistência Social

Hierarquizados por Carreira e Padrão.

Referente ao Art. 46 da Lei 030/2015.

<i>Carreira</i>	<i>Denominação do cargo</i>	<i>Classe</i>
<i>IV</i>	<i>Advogado (a)</i>	<i>A</i>